



POLÍTICA OPERÁRIA

Enfrentar a ofensiva dos governos contra a Educação pública com a luta nas ruas!

A Educação pública brasileira, e a paulista em particular, está sob ataque por parte da burguesia e seus governos. São várias medidas combinadas, todas voltadas à retirada de direitos e ao avanço dos interesses privatistas. Destacam-se a implantação das escolas cívico-militares e o fechamento de salas/turnos pelos ultradireitistas Tarcísio e Feder, além da aprovação da nova reforma do ensino médio, pelo governo burguês de frente ampla de Lula e Alckmin.

Estes ataques se somam a uma miríade de outros problemas, como o avanço da privatização e da terceirização, o arrocho salarial, a ampliação dos contratos precários, a expansão do ensino a distância (EaD) e da plataformação, entre outros. Essa situação revela um quadro de decomposição do ensino que, por sua vez, corresponde à crise geral do sistema capitalista.

A burguesia age de maneira centralizada contra a Educação pública. Governos municipais, estaduais, o Congresso Nacional e até o governo federal, mesmo sob a administração petista, que tantas ilusões criou entre os trabalhadores, estão aplicando medidas de “enxugamento do Estado” e de franco favorecimento dos interesses dos capitalistas, em detrimento das necessidades dos que estudam e trabalham.

Acontece, porém, que as direções sindicais se mantêm no imobilismo, além de fragmentarem a luta. A maioria dessas di-

reções está ligada ao petismo, portanto, está sob o guarda-chuva do governismo. Não têm qualquer interesse em impulsionar os combates em defesa do ensino público, por receio de que se generalizem e acabem respingando no governo Lula. Neste momento, estão todos voltados à caça de votos, dada a proximidade das eleições municipais.

Ou seja, a burguesia nos ataca centralizadamente, mas a via da resposta unitária e centralizada dos explorados se encontra bloqueada pelo burocratismo, corporativismo e peleguismo das direções sindicais.

Disposição de luta existe entre os oprimidos. A greve das federais demonstrou isso, bem como a greve dos municipais da capital paulista e as manifestações multitudinárias da Apeoesp no primeiro semestre também o demonstraram. Mobilizações em outros municípios e estados (como no Paraná, contra o projeto de privatização do governador Ratinho Jr.) caminharam no mesmo sentido.

Outro exemplo importante foi a luta unitária de professores, funcionários, estudantes e suas famílias na zona leste da cidade de São Paulo, especificamente da EE Professor Dr. Décio Ferraz Alvim, contra o fechamento da EJA e do noturno. A Corrente Proletária participou desse embate com o governo. A mobilização passou por conversas com os professores e funcionários, por

uma assembleia geral da escola e uma manifestação coletiva na Diretoria de Ensino Leste 3, onde foi possível conquistar o não fechamento de salas. Embora mais localizada, essa experiência revelou a importância de uma política classista para o movimento.

O que falta, portanto, é derrotar as direções sindicais burocratizadas e construir uma nova direção, classista e revolucionária, para o movimento de professores e funcionários. Esse trabalho político de enorme envergadura deve partir das lutas mais elementares, em defesa dos empregos, salários e direitos, de modo que os trabalhadores possam fazer a experiência com suas direções e, assim, possam ir forjando uma nova direção, combativa e democrática.

Concretamente, essa tarefa deve passar pela mobilização das bases, convocação das assembleias, formação dos comitês unitários e pela exigência às direções para que convoquem um Dia Nacional de Luta, com o método da ação direta, contra o Novo Ensino Médio, contra a militarização da Educação, contra o fechamento de salas, principalmente do noturno, e em defesa de um sistema único de ensino público, gratuito, para todos e em todos os níveis, vinculado à produção social (unidade entre teoria e prática) e sob controle dos que estudam e trabalham.

Abaixo as escolas cívico-militares! Fora a polícia das escolas! Em defesa da escola pública e democrática!

O PL 9/2024, que institui as escolas cívico-militares em São Paulo, foi aprovado em maio na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). Depois, o governo publicou uma lista de escolas “candidatas” a aderirem ao projeto.

Agora, tais escolas terão de realizar uma “consulta” (votação) às comunidades, ou seja, aos estudantes, seus familiares, professores e funcionários. A expectativa do governo estadual é de que entre 50 e 100 escolas do modelo já estejam em funcionamento em 2025. Vale lembrar que o prefeito Nunes já indicou a possibilidade de adotar o modelo para as escolas do município.

A Corrente Proletária na Educação/POR defende que os sindicatos, em unidade com o movimento estudantil, ergam uma poderosa campanha desde as escolas e os

bairros, para pôr abaixo as escolas cívico-militares. O que passa por combater as ilusões alimentadas pelo ultradireitista Tarcísio junto à população, de que o modelo cívico-militar serviria para “pôr ordem no caos”, isto é, para combater a indisciplina e a violência, que seria a base para permitir um avanço na aprendizagem dos jovens.

Tendo em vista esse objetivo, a Corrente Proletária elaborou uma síntese com 5 motivos para os trabalhadores rejeitem o Projeto de militarização:

1) a militarização não resolverá os problemas da violência, da indisciplina e da baixa aprendizagem; 2) o projeto está sendo imposto de forma autoritária e truculenta; 3) O governo quer usar a PM, uma instituição violenta, racista e assassina para supostamente “acabar” com a violência nas esco-

las; 4) na prática, prevalecerá nas escolas o autoritarismo típico dos quartéis, eliminando o pensamento crítico e liberdade de pensamento e 5) nas escolas militares não há liberdade para a organização sindical independente dos professores e funcionários (e dos estudantes).

O caminho para a vitória sobre o governo passa pela mobilização massiva e centralizada. A via do embate pulverizado, escola por escola, favorece o governo, que manipula as votações, persegue os contrários ao projeto e utiliza os gestores submissos e reacionários para conseguir o resultado esperado. É evidente que devemos intervir desde as comunidades, mas é fundamental canalizar esses choques em um movimento centralizado, ocupando as grandes avenidas com manifestações multitudinárias.

**O “Novo” Novo Ensino Médio mantém a essência privatista e de ataque à Educação pública.
É preciso retomar a luta nas ruas pela revogação imediata e integral do NEM!**

Que Lula revogue o Novo Ensino Médio de Temer, maquiado no Congresso Nacional!

O Congresso Nacional aprovou o PL 5.230/2023, que trata das mudanças no Novo Ensino Médio (NEM). Agora, ainda falta o presidente Lula sancionar o projeto.

A reforma do ensino médio vem sendo discutida desde 2017, no governo Temer. Desde então, os professores e estudantes vêm fazendo a experiência com o projeto no cotidiano. Vale lembrar que a promessa era de uma “nova escola”, mais “moderna”, e que o novo modelo permitiria aos jovens brasileiros “escolherem” a formação mais adequada, de acordo com suas perspectivas de futuro. A prática, no entanto, revelou que tudo isso era uma farsa!

As novas mudanças se mostraram limitadas. Na verdade, a proposta original de Temer foi preservada em sua essência. Em síntese, a nova Lei alterou somente a carga horária da formação geral básica e dos itinerários; determinou regras para evitar as propostas mais absurdas de itinerários (como “brigadeiro caseiro”, “RPG” e outras); impôs o espanhol como disciplina não obrigatória e ampliou o ataque aos cursos noturnos.

A análise da versão recém-aprovada demonstra que, mesmo sob o governo petista, nenhum dos pilares da Lei imposta por Temer foi derrubado. Foram mantidos: 1) o avanço da privatização e da terceirização; 2) o ensino a distância (EaD) e a plataformação,

que só servem para enriquecer as grandes empresas de tecnologia; 4) o ensino de tempo integral, que representa maior tempo de confinamento da juventude na mesma escola falida de sempre; 5) a liquidação dos cursos noturnos (regular e EJA), prejudicando o estudante-trabalhador; 6) a insuficiência orçamentária; 7) a substituição dos docentes por quem comprove “notório saber”, entre outros problemas.

Todos esses fatores reforçam a falência do ensino brasileiro. O “novo” NEM não contribui em nada na superação dos graves problemas, que são de caráter estrutural. Pelo contrário, trata-se de uma medida que aprofunda a verdadeira raiz do problema, que se encontra na separação entre teoria e prática. A escola que temos hoje está apartada da realidade.

Daí a importância de retomarmos o caminho da luta nas ruas, com o método da ação direta, pela revogação integral e imediata do NEM. É preciso lançar a exigência às direções dos sindicatos da Educação (Apeoesp, Sinpeem, Afuse), das entidades estudantis (UNE, UBES etc.), e da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) para que convoquem urgentemente as suas reuniões de base e assembleias, formem os comitês unitários e tomem todas as medidas necessárias para mobilizar os explorados.